

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: MOBILIDADE ACADÊMICA E AGÊNCIAS DE FOMENTO

Internationalization of Higher Education in Brazil: Academic mobility and funding agencies

Maria Lúcia Pacheco Duarte dos Santos

Universidade Estadual de Goiás – UEG
paduartesantos@yahoo.com.br

Cláudia Valente Cavalcante

Pontífice Universidade Católica – PUC Goiás
cavalcante.70@hotmail.com

Resumo: Este artigo faz parte de reflexões de um pós-doutorado em educação, em andamento, acerca da Internacionalização da Educação Superior Brasileira. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico do tipo Estado de Conhecimento que teve como objetivo mapear as produções acadêmicas em nível de mestrado e doutorado no período de 2011 a 2022, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que versam sobre a temática. Os resultados da pesquisa indicam que há um maior número de produção no nível de mestrado e que o tema mais abordado é a mobilidade acadêmica. Conclui-se que a mobilidade acadêmica internacional é um tema relevante nas produções acadêmicas e que as agências de fomento são entidades importantes para o fortalecimento da internacionalização e a mobilidade acadêmica.

Palavras-chave: Educação Superior. Internacionalização. Mobilidade Acadêmica. Agência de Fomento

Abstract: This article is part of the reflections of a post-doctorate in education, in progress, about the Internationalization of Brazilian Higher Education. This is a bibliographic study of the State of Knowledge type that aimed to map the academic productions at the master's and doctoral level in the period from 2011 to 2022 in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) that deal with the subject. The research results indicate that there is a greater number of productions at the master's level and that the most discussed topic is academic mobility. It is concluded that international academic mobility is a relevant topic in academic productions and that funding agencies are important entities for strengthening internationalization and academic mobility.

Keywords: Higher Education. Internationalization. Academic Mobility. Funding Agencies

INTRODUÇÃO

Vivemos em sociedades globalizadas e a força exercida pela globalização pode ser vista em diferentes campos: no econômico, no político, no cultural e no campo educacional. Uma das grandes riquezas das sociedades atuais estão associadas ao seu capital de conhecimento e humano, que gera novas descobertas, novas invenções e saltos tecnológicos cada vez mais acelerados e profundos (OLIVEIRA e FREITAS, 2016).

O presente artigo é parte de resultados parciais de um estágio pós-doutoral em educação sobre internacionalização da educação superior, e faz algumas reflexões sobre uma das suas principais ações, a mobilidade acadêmica, e as principais agências fomentadoras da pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil e suas contribuições para o desenvolvimento e a compreensão acerca da internacionalização da educação superior. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e do tipo Estado do Conhecimento realizado no Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Na primeira seção, fazemos uma discussão sobre o fenômeno da globalização com a internacionalização na educação superior, destacando algumas categorias do estado do conhecimento oriundo da BDTD, no período de 2011 a 2022, e seus desdobramentos nas instituições de ensino superior, sobretudo no caso brasileiro.

No segundo momento, propusemos uma pesquisa bibliográfica sobre mobilidade acadêmica internacional. Sendo assim, entendemos que não há internacionalização da educação superior, sem a relevância dos deslocamentos e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais.

E por fim, consta uma leitura sobre as principais agências de fenômenos incumbidas de promover planejamento e estratégia no contexto da internacionalização da educação superior, tais como a CAPES, CNPq e Ciências sem Fronteiras.

A GLOBALIZAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A sociedade contemporânea vivencia um período de formidável dinamismo na cultura, na tecnologia, na economia, e, por conseguinte na economia mundial, impactados pela ordem da globalização mundial. E a educação, sobretudo a superior do século XXI, se estabelece como

instituição participante de forma atuante no processo dessas constantes metamorfoses sociais e econômicas. Nesse ordenamento estrutural vigente, afirma Lage (2015, p. 38), “[...] universidade é impactada de modos diversos pelos sucessivos desafios impostos pela sociedade do conhecimento, pelo mundo da informação e pela era da globalização, fazendo com que fronteiras e hemisférios sejam transcendidos”.

Na América Latina e no Caribe, três países (Argentina, Brasil e México) foram os primeiros a apoiar a criação e o fortalecimento de programas internacionais, interessados em compreender o funcionamento e os efeitos da implementação de programas de cooperação europeus em suas universidades (STREK e ABBA, 2018). Mas antes dos limiares do século XXI, no início da década de 1990, já existia uma grande preocupação com as políticas educacionais impulsionadas a partir da globalização, orientada por perspectivas neoliberais de política e de gestão, especialmente a educação básica, no entendimento de Streck e Abba (2018).

Nessa direção, Maués e Bastos (2017) afirmam que a internacionalização da educação superior não é um fenômeno recente, mas ganhou novas conotações a partir do final do século XX, em função, sobretudo, do processo de globalização. É nesta sociedade globalizada, segundo Morosini e Corte (2018, p. 98), que “[...] o conhecimento se tornou um poderoso ingrediente para o desenvolvimento sustentável dos Países e, num contexto de transformações, mediante os pilares da sociedade do conhecimento, as universidades têm investido em processos de internacionalização”

Ainda assim, para Altbach (2013), no século XXI, o pêndulo tem se direcionado para a concepção da educação superior como serviço. Mas, no caso brasileiro, conforme destaca Morosini e Nascimento (2017), retrata a forte presença do Estado nacional na educação superior, na construção histórica do período colonial, quando da criação das instituições de ensino universitário no país. De nossa parte, poderíamos acrescentar também, como o momento da popularização da Educação Superior no Brasil.

De lá para cá, a globalização e a internacionalização da Educação Superior vêm ultrapassando as fronteiras geográficas mundiais, tornando-se peça-chave na dinâmica de cooperação e produção entre as nações e seus referidos mercados (MOROSINI, 2006). Ainda, segundo Morosini (2021, p. 364), “[...] o campo educação e o subcampo da internacionalização se consubstanciam em um palco de tensões na busca da ocupação de espaço de autoridade científica e de seus dogmas”. Ou seja, uma luta para consolidar a legitimidade de quem diz o

que é a verdade científica, qual o objetivo, mas também quais estratégias caracterizam seu campo de atuação no contexto acadêmico.

Borges *et al* (2018), imbuídos da ideia de internacionalização da Educação Superior, sobretudo no caso brasileiro, acrescentam os seguintes comentários: são trocas internacionais relacionadas à educação e à globalização se apresentando em diversas formas como, por exemplo, pela presença de estrangeiros e estudantes num determinado campus, número de concessões de pesquisa internacional e colaboração entre escolas, grau de imersão internacional no currículo, entre outros. “[...] De forma geral, a internacionalização da educação superior se mostra um campo de significativa relevância acadêmica, tanto para as universidades, quanto para a sociedade em geral, devido ao atual contexto da globalização” (BORGES *et al.*, 2018, p. 14). Dito de outra forma, a internacionalização da Educação Superior fomenta a troca de experiências, de vivências, de culturas e conhecimentos humanos.

Morosini (2006) acrescenta outros fatores que estão impregnados daquelas transformações, porém, entendendo que há um mundo bipolar, dividindo-o entre o regional e o global, com destaque para as políticas públicas educacionais, abrangendo um universo acadêmico (alunos, professores, instituições etc.). Para ela, o contexto estabelecido diante da bipolaridade regional-global que passa a fazer valer e se presentifica, é iniciada uma jornada rumo a uma maior globalização e que tal perspectiva tem nas políticas educacionais, no caso de internacionalização universitária, mobilidade de estudantes, professores e instituições um fator primordial. Segundo ela, as características da educação estão intimamente permeadas ao processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais.

Lage (2015), estabelecendo um diálogo com Morosini (2006), afirma que o Estado avaliativo adquire a conotação de avaliação em todos os aspectos da realidade educacional e em todos os níveis do sistema. Entretanto, é no sistema de Educação Superior que se verifica o maior impacto, isto por que:

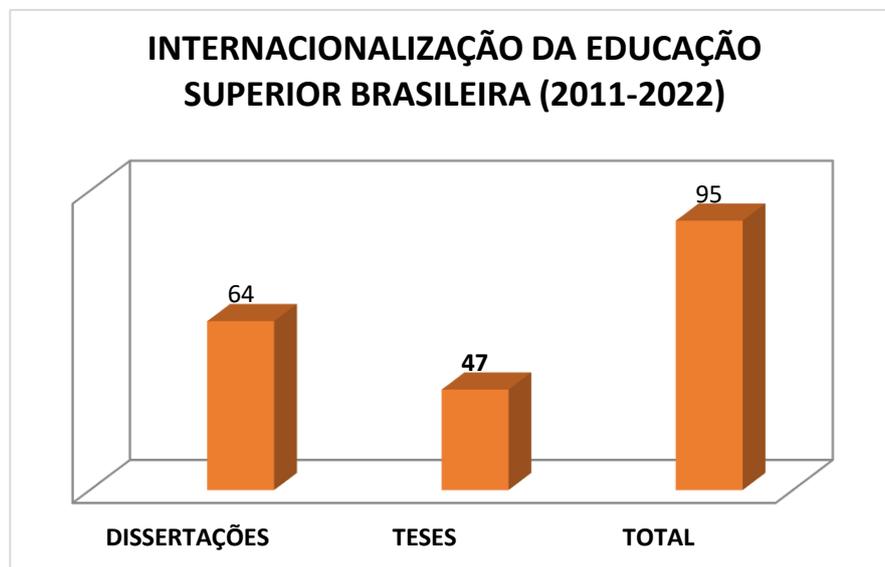
[...] a globalização considera como um dos principais valores o conhecimento e neste o advindo de patamares superiores, onde a busca de educação e certificação continuada se faz presente. A universidade adquire um valor máximo e a concepção de liberdade acadêmica, símbolo da intocabilidade do ensino superior passa a sofrer impacto (MOROSINI, 2006, p. 4).

O processo de internacionalização da Educação Superior vem se constituindo em uma das principais temáticas da universidade na atualidade por ser um assunto que envolve extensão, pesquisa, qualidade, excelência e inovação. Ademais, vem carregada de tensões entre uma

postura global e uma postura local, de modo quadricular: extensão, pesquisa, qualidade, excelência e inovação. Pode-se perceber, com base nas afirmações dos diversos autores de que a internacionalização da Educação Superior está intimamente conectada com o fenômeno da globalização. Nesse caso específico, uma avalia e fomenta a existência da outra, e vice-versa.

Por outro lado, é importante perceber que os estudos sobre internacionalização na Educação Superior – associados ao processo de globalização – revelam o momento de transição entre um modelo de universidade tradicional, e um modelo de universidade do século XXI que caracteriza os contextos emergentes (MOROSINI, 2014; 2017). Daí a importância e a relevância deste estudo.

Ao efetuarmos um minucioso levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, cuja temática central primava-se numa espécie de reconhecimento da temática no campo da educação por meio do Estado de Conhecimento da internacionalização da educação superior brasileira, no espaço de 2011 a 2022, obtivemos os seguintes dados: foram encontrados 95 trabalhos, sendo destes, 64 dissertações e 31 teses nas diversas universidades do Brasil em distintas áreas de conhecimento, paralelamente ao número de temas analisados. Assim, a identificação, a tabulação bem como a leitura dos dados analisados estão dispostas na quadro 1 em seguida. **Gráfico 01** – Dissertações e Teses encontradas na BDTD (2011-2022):



Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora (2022).

Conforme se pode notar, o número de dissertações supera ao das teses. Quando analisamos o ano de produção, o levantamento indicou que o ano de 2018 apresentou o maior número em termos de pesquisas apresentadas. Isso se deve a aceleração do processo de globalização econômica mundial que, segundo Prolo *et al.* (2019), passa a exigir quadros cada

vez mais qualificados, em relação ao setor produtivo das nações, sobretudo, semiperiféricas. Para que uma nação faça parte das transformações que a globalização vem estabelecendo, é necessário acompanhar as mudanças políticas, econômicas e sociais em decorrência daquele fenômeno – a globalização. Sendo assim, é importante concordar com Lima Júnior e Stallivieri (2020, p. 272), de que “uma população qualificada é, indubitavelmente, capaz de gerar desenvolvimento socioeconômico”.

Por outro lado, os anos entre 2011 e 2014, valemos das justificativas acima, em relação às dissertações de mestrado. Contudo, estabelecendo um recorte temporal, entre 2020 e 2022, a queda no quantitativo se deve ao momento em que o Brasil e o mundo vivenciaram: a pandemia da Covid-19. Por conta dela, a sociedade se viu reclusa em todas as situações.

Entretanto, se o assunto até aqui tem como foco a internacionalização na Educação Superior, efetuamos um levantamento na BDTD, dentro do período de 2011 a 2022, com o intuito de pontuar o quantitativo, neste ponto passamos para as 5 temáticas mais abordadas nos estudos investigativos em nível de mestrado e doutorado, como demonstra no Quadro:

Quadro 1 – Temas mais abordados nas teses e dissertações em relação à internacionalização na Educação Superior

TEMAS	QUANTIDADE
Mobilidade acadêmica	29
Pós-graduação	11
Programa institucional	10
Políticas públicas	4
Programa Ciências sem Fronteiras	4

Fonte: Levantamento realizado pela pesquisadora (2022)

Percebemos neste levantamento que a questão da mobilidade acadêmica foi o que houve a maior produção. E será sobre esse tema que trataremos na seção seguinte.

MOBILIDADE ACADÊMICA: CONCEITOS E PROBLEMATIZAÇÃO

Para iniciar o tema proposto neste tópico considerando ser o mais abordado nas produções acadêmicas brasileiras, Lombas (2017, p. 308) define que “[...] uma das notáveis manifestações de mudanças ocorridas na era da globalização econômica e da sociedade do

conhecimento é, sem dúvida alguma, o incremento da mobilidade internacional”. E, por conta dela – da globalização – a competitividade entre os profissionais está aumentando cada vez mais, permeada pelo avanço técnico, tecnológico e a globalização da economia, o que exige a necessidade de as pessoas buscarem uma excelência profissional com o intuito de se destacarem e se tornarem profissionais com distinção. E as instituições de ensino superior (IES) estão designadas a possibilitar isso (DOMINGUES; RABOCH, 2008).

Por outro lado, além de a globalização exigir mais qualificação profissional e dificultado, de certa forma, o sucesso na carreira profissional, ela fez com que os países se ligassem de alguma forma no quesito educacional, fazendo com que a internacionalização do ensino ocorra mais facilmente (VILALTA, 2012).

Diversos autores são categóricos em assegurar (MUROSINI, 2006, 2012, 2014, 2015, 2017 e 2021; ALTBACH, 1998; MAUÉS e BASTOS, 2017; MANÇOS, 2017; LOMBAS, 2017) que, cada vez mais, os deslocamentos internacionais são recorrentes para estudantes, professores e pesquisadores de instituições universitárias e de pesquisa, assumindo durações e propósitos variados, bem como a natureza diversa de cada objeto posto para a pesquisa.

Lombas (2017, p. 310) analisa que geralmente, “[...] esses movimentos visam ambientes de alta intensidade de conhecimento, que favoreçam a atualização e incorporação de saberes, que estimulem a produtividade, a troca de ideias, as parcerias científicas e, também, que viabilizem a abertura de novas perspectivas de aproximação científica do estrangeiro”.

Nessa perspectiva, faz-se necessário abrir algumas janelas questionadoras acerca do conceito ‘mobilidade’: que tipo de mobilidade estamos falando? Que desafios são decorrentes do processo da mobilidade acadêmica internacional, ao romper as fronteiras geográficas entre os países?

Para Balbim (2019), a noção de mobilidade – um termo polissêmico, ou seja, permite diversas analogias – ainda é comumente confundida com outros conceitos e ideias, como os de circulação, acessibilidade, trânsito ou transporte. Seu uso nas ciências em geral é, entretanto, mais recente que os demais termos, e seu surgimento não aconteceu em substituição a nenhum dos demais. Segundo o autor, “[...] o conceito de mobilidade adquire formas e presta-se a usos e explicações diversas. Da mobilidade cotidiana, passa-se às mobilidades social, residencial e do trabalho, ou, mais recentemente, à mobilidade simbólica” (BALBIM, 2019, p. 24). Também não deixa de formas de mobilidade as urbanas, as pendulares, as intrarregionais, as migrações, as do turismo e do lazer, as do trabalho de um país a outro, dentre outros.

Nesse sentido, o termo ‘mobilidade’, além de sua leitura possibilitar uma variância polissêmica, permiti-nos vê-lo também de forma fluida e prática, ou seja, dotada de movimento, ação, deslocamento. Movimento que, a nosso ver, romperá fronteiras, proporcionar novos horizontes científicos de ponta, como também se deparar com as diversidades. Nesse sentido, se deslocam de seus países com esse intento, sobretudo, para centros internacionalmente reconhecidos pelo alto padrão de excelência em ensino e pesquisa (ALTBACH, 1998). Entretanto, nesse trabalho específico, adotaremos o conceito de mobilidade acadêmica no âmbito da educação superior internacional, que abrange alunos, professores, pesquisadores e outros profissionais. A mobilidade acadêmica envolve a existência de condições apropriadas, que contribuem com a formação e o aperfeiçoamento dos quadros docente e discente, objetivando a aquisição de novas experiências e a interação com outras culturas (LOMBAS, 2013).

Engloba um conjunto de experiências, de desejos, de oportunidades, de intercâmbio cultural e institucional, visões de mundo, agregação de outros valores, dentre outros fatores de ordem humana. Segundo Oliveira e Freitas (2016), os programas de mobilidade têm se fortalecido nas últimas décadas e destacam-se como um dos campos mais férteis para a cooperação acadêmica internacional. Talvez, por conta disso, é que Manços (2017) e Lombas (2013) vêm afirmando que diversas nações desenvolvem programas de cooperação internacional visando a mobilidade acadêmica, sendo uma das atividades que mais têm se destacado no processo de internacionalização da educação superior.

É uma busca por enriquecimento intelectual que tem sido uma forte motivação para cruzar as fronteiras desde tempos remotos. Essa ‘diáspora acadêmica’- termo utilizado por Lombas (2013, p. 52) - é um dos importantes instrumentos na internacionalização da ciência nacional, uma vez que “[...] os expatriados são vetores de difusão do conhecimento de ponta em seus respectivos países, engajam-se em pesquisas com parceiros no exterior e canalizam oportunidades de interação entre o ambiente científico local e o internacional”.

Do mesmo modo, é interessante destacar que o comportamento migratório de sujeitos qualificados é considerado extraordinário mecanismo de difusão do conhecimento, “uma vez que o conhecimento viaja junto com as pessoas que o dominam”, conforme observam Siekierki, Lima e Borini (2019, p. 561).

Todavia, passar uma temporada no exterior para cursar disciplinas, aprender um novo idioma ou realizar pesquisas ainda não está ao alcance da grande maioria dos universitários

brasileiros. Muitos bolsistas, mesmo aqueles que frequentaram o ensino médio em escolas privadas e que, em tese, pertencem aos estratos sociais mais elevados, não tinham viajado para o exterior antes da realização do intercâmbio pelo CsF (Ciência sem Fronteiras).

Entretanto, acerca do assunto mobilidade acadêmica, é importante acrescentar também que a mobilidade internacional propicia diferentes vivências, tanto na universidade como na vida cotidiana, promovendo contato com diferentes culturas e até mesmo estranhamentos em relação à própria cultura. Todavia, para que a mobilidade ocorra, no âmbito da internacionalização da educação superior, é necessário que haja suportes – sejam eles públicos ou privados – que possibilitem as viagens, a permanência e o melhor aproveitamento profissional daqueles que almejam ser incluídos no processo da mobilidade acadêmica internacional.

Manços (2017) pontua alguns programas/bolsas de significativa relevância e prestígio internacionais: 100k *US-China Strong* (Estados Unidos); *Eramus Mundus* (União Europeia); *Horizon 2020* (União Europeia), e a *University Mobility in Asia and the Pacific* (UMAP). No caso brasileiro, destacam-se os programas de bolsas de estudo no exterior geridos, inicialmente, pelo programa Ciência sem Fronteiras (CsF-já em extinção), CAPES e CNPq, aos quais daremos tratamento mais adiante.

Mesmo contando com o apoio de alguns programas institucionais, na viabilização da mobilidade internacional, muitos são os desafios encontrados nos lugares destinos, vistos como diversidades, tais como: os costumes locais, a cultura, a adaptabilidade e, sobretudo a falta de proficiência de língua inglesa. Nesse caso, a língua se constitui como uma das grandes barreiras para os alunos, mediante aos desafios e as diversidades que os proponentes da internacionalização da Educação Superior, que certamente, irão se deparar (STALLIVIERI, 2009; FENERICK, 2018).

AGÊNCIAS DE FOMENTO E FATORES DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Após efetivar um breve resumo acerca da mobilidade acadêmica da Educação Superior, os rumos deste artigo se direcionam para um diálogo sobre os principais instrumentos que fomentaram (e ainda fomentam) as pesquisas acadêmicas. Entendemos que não há como

falar em internacionalização da educação superior sem pôr à luz do debate, seus principais agentes fomentadores, e que, de certa forma, estão intrinsecamente entrelaçados.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Em 1951, surgem a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, por meio do Decreto nº 29.741 (CRUZ; EICHLER, 2021), (a atual CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (o atual CNPq) são considerados os marcos históricos da institucionalização da pesquisa e da formação de recursos humanos no Brasil. Desde suas criações, os dois órgãos tiveram ações de mobilidade acadêmica internacional.

Já na década de 1950, foram iniciados acordos entre os Estados Unidos e o Brasil a fim de promover intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores (SANTOS, 2003). Em 1957, foi criada a Comissão para o Intercâmbio Educacional e Cultural entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Fulbright), “[...] com a finalidade de promover a divulgação da ciência, tecnologia e cultura brasileira, em especial com o envolvimento de setores da academia que ainda não tiveram exposição nos EUA” (CAPES, 2011).

Foi também nos anos 1960, com os governos militares, que se intensificou o processo de modernização da Educação Superior no Brasil, inspirado no modelo norte-americano, que já vinha sendo instaurado, em certa medida, desde a segunda metade dos anos 1940. Em 15 de março de 1990, no governo Collor, a CAPES foi extinta pela Medida Provisória nº 150/1990. A mobilização dos funcionários e de toda a comunidade acadêmica fez com que o órgão fosse reestabelecido em 12 de abril do mesmo ano, por meio da Lei nº 8.028/90. Em 1992, a CAPES torna-se uma fundação pública.

Em 2002, a CAPES concedia entre 1.300 e 1.500 bolsas para o exterior e era responsável por dois terços dos bolsistas brasileiros que estavam fora. A partir de 2004, além das cooperações acadêmicas com países de reconhecida tradição, a CAPES passou a intensificar as relações com países da chamada cooperação Sul-Sul, com destaque para a Argentina e os países de língua portuguesa no continente africano (CAPES, 2002).

Entre crescimento e retrocessos durante os governos militares, percebemos uma nova mentalidade política em relação ao investimento na graduação, como também na pós-graduação no Brasil. A partir de 2005, no governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), começou-se a

observar significativa expansão da Educação Superior como política pública, com a criação de novas universidades, públicas e privadas, e com a criação dos Institutos Federais de Ensino, principalmente em localidades até então desatendidas Superior (CRUZ e Eichler (2021).

Retornando a Cruz e Eichler (2021, p. 13), “[...] a educação brasileira e sua internacionalização são, historicamente, intensamente dependentes do Estado e do governo federal, especialmente pelo seu papel no delineamento, financiamento e regulação de políticas na área”. Paralelamente ao aumento de cursos de pós-graduação no Brasil, na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970, cresceu também a oferta de bolsas do governo para estudantes de pós-graduação.

No Brasil, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência de fomento vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criada em 1951 com o objetivo de “[...] assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do País.”

A CAPES foi o principal órgão gestor do CsF junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no entendimento de Cruz e Eichler (2021). Segundo o site do MEC – Ministério da Educação – a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do território da Federação brasileira.

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Segundo Mazza (2009), a consciência de que a ciência e a tecnologia são componentes importantes da soberania nacional veio a desenvolver-se depois da Segunda Grande Guerra Mundial, com a explosão da bomba atômica. “[...] A atividade científica, até então, era essencialmente cultural, não se pensava na pesquisa científica, no Brasil e na maior parte dos países, como instrumento por excelência para se atingir o poder, a riqueza e o desenvolvimento” (MAZZA, 2009, p. 115). A partir de então, bomba atômica adveio de um conhecimento considerado, na época, como essencialmente básico, pesquisa pura.

Embora pudessem ser encontrados vários exemplos da pesquisa científica, do conhecimento sistemático e da tecnologia para o desenvolvimento de um país, não havia uma conotação explícita do conhecimento científico-tecnológico como um conhecimento estratégico do ponto de vista político (MOREIRA, 1979).

A internacionalização da problemática ligada à pesquisa atômica influenciou a criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq –, em 1951, que possibilitou uma nova atuação relativa à pesquisa científica. A Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, instituiu o CNPq, subordinado ao Presidente da República, com objetivos explícitos de “[...] apoiar as atividades de pesquisa científica no Brasil e incentivar, em cooperação com os órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no país de material apropriado ao aproveitamento da energia atômica.”

As atividades básicas do CNPq ligavam-se ao fomento, à execução de pesquisa e à informação e difusão da ciência e da tecnologia. A atividade de fomento destinava-se à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento de pesquisas puras e aplicadas, mediante auxílio financeiro a centros de pesquisas e concessão de bolsas a pesquisadores e estudantes de pós-graduação. Oliveira *et al* (2021, p.198) asseveram que o sistema universitário brasileiro se iniciou relativamente tarde se comparado a outros países sul-americanos. As primeiras experiências de cursos superiores no País ocorrem apenas no século XIX, e o estabelecimento das primeiras instituições de ensino superior somente no século XX. Para eles, é nesse último século que passamos a observar uma gradual expansão do ensino superior brasileiro.

Já o processo de internacionalização se matiza nas duas últimas décadas daquele mesmo século XX, a partir da fluidez econômica propiciada pela globalização da economia e da sociedade, com o massivo avanço na comunicação, nos transportes e, sobretudo pelos acréscimos de ciência e tecnologia (MOROSINI, 2005, 2006 e 2017; LOMBAS, 2017; GRANJA e CARNEIRO, 2021).

Importante lembrar que em meio a esse processo, é importante ressaltar que a formação e consolidação de uma comunidade científica no Brasil dependeram não apenas da expansão da Educação Superior, mas também de uma política de formação de agências de fomento à pesquisa e a criação de sociedades científicas (OLIVEIRA *et al*, 2021).

Por fim, programas como CNPq, CAPES e Ciências sem Fronteiras, se constituem como os principais vetores da mobilidade acadêmica, bem como da internacionalização da Educação Superior do território brasileiro, para outras fronteiras geográficas mundo afora.

PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CsF)

Reschke e Bido (2017, p. 137 e 139) afirmam que a experiência internacional em ambiente acadêmico, principalmente na condição de bolsista, pode propiciar importantes momentos de absorção de novos conhecimentos de cada estudante, “[...] assegurado por ajuda financeira mensal, por conta da bolsa, e também em superação das dificuldades pessoais, linguísticas, de amadurecimento e de mudança de paradigma quanto à visão de mundo e do seu próprio País.”

Outro fator relevante, conforme aqueles autores, é “[...] a possibilidade de haver impactos nas formas de ensinar e aprender, alavancados pela massa crítica formada pelos estudantes universitários, que poderão aplicar em seus ambientes acadêmicos e profissionais o aprendizado adquirido no exterior”. Daí a germinação do programa Ciências sem Fronteiras, na captura de um ambiente positivo de oportunidades e conexões (OLIVEIRA, 2015).

Instituído no ano de 2011, congelado em 2015 e cancelado em 2017, ainda assim, o programa concedeu mais de 90 mil bolsas de estudo e pesquisa no Brasil e no exterior. Nos dizeres de Oliveira (2015), o Ciências sem Fronteiras representa a primeira ação de mobilidade acadêmica internacional de grande escala promovida no Brasil, oferecendo possibilidades reais de impulsionar o processo de institucionalização da internacionalização da educação superior no Brasil.

Aveiro (2014, *apud* TRIGUEIRO, 2009, p. 49) tem afirmado que “[...] o processo de internacionalização da educação superior é de fundamental importância para a garantia da excelência das universidades, pois ciência e tecnologia cumprem importante papel no desenvolvimento histórico-social e no avanço das forças produtivas”. E o acontecer histórico do processo de globalização da economia e da sociedade tem relevância no caráter do investimento em ciência e tecnologia, pois, conforme Prolo *et al.* (2019, p. 330) “[...] as transformações decorrentes da intensificação da globalização, a possibilidade de o setor produtivo das nações semiperiféricas competirem mundialmente depende da existência de quadros cada vez mais competitivos”.

No contexto brasileiro, observado por Prolo *et al.* (2019, p. 350), “[...] o CsF assumiu a importância na medida em que ajudou a projetar a educação superior e a universidade brasileira no ambiente internacional”, assevera aqueles autores.

A ideia, conforme Prolo *et al.* (2019), era promover a inovação e influir sobre a competitividade, integrar universidades, pesquisadores e estudantes à comunidade científica global. E isso o CsF foi de extrema importância. Entretanto, o programa apresentou fragilidades de forma sistêmica, em todas as fases de seu ciclo – e, talvez por conta disso, tenha decretado seu fim. Fragilidades estas, das seguintes naturezas: ausência de um relatório de avaliação do programa, ausência de diagnóstico sobre o baixo nível de fluência na língua estrangeira dos beneficiários do programa, ou seja, o programa foi instaurado pelo governo brasileiro sem ter sido discutido com as instituições brasileiras de ensino superior, entre outras (GRANJA e CARNEIRO, 2019).

Todavia, segundo Granja e Carneiro (2019, p. 197), apesar de todas as fragilidades do CsF, “[...] não se pode deixar de reconhecer a relevância do programa que, como visto, foi a maior política pública brasileira de envio de pessoas para o exterior nas últimas décadas”. Outro ponto positivo apresentado pelo CsF, pode ser buscado em Aveiro (2014), quando ele afirma que, ao final do ano de seu lançamento (2011), o programa contava com 1.886 bolsistas no exterior. Portanto, um número satisfatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procurou-se realçar a importância que tem merecido o movimento internacional acadêmico na atualidade. Não apenas devido notabilidade nacional e internacional que a temática que Educação Superior adquiriu, mas, sobretudo, pelos êxitos logrados, tais como: acesso a atividades científicas de ponta, tecnológica e de inovações que favorecerem – e ainda favorecem – boa parte dos sujeitos de terem a oportunidade de frequentar ambientes educacionais que oportunizam aqueles propósitos. Pois, conforme Stallivieri (2009, p. 208), “[...] uma boa educação se faz com valores universais, e estes podem ser buscados na nova linguagem intercultural”. E ainda, com as transformações decorrentes dos avanços produzidos à luz da globalização, a possibilidade de o setor produtivo das nações semiperiféricas, e em desenvolvimento, competirem mundialmente depende da existência e manutenção de quadros

cada vez mais qualificados. Por conta disso, as responsabilidades das universidades se alargam (PROLO *et al*, 2019).

Buscou-se mostrar, também, que o fluxo não tem sido impulsionado, somente, por motivações individuais, mas, igualmente, por interesses institucionais, nacionais e, mesmo, internacionais. Ainda assim, tais motivações necessitam de alicerces basilares como políticas públicas, estratégias e planejamento econômico para que os programas que fomentam a mobilidade acadêmica internacional da educação superior logrem êxito.

Nesse sentido, antes de preparar as malas, vimos a importância das principais agências de fomento à pós-graduação, a exemplo da CAPES, CNPq e do Programa Ciência sem Fronteira. São estas agências e programa que têm sinalizado, segundo Lombas (2017, p. 319), que “[...] a grande maioria dos seus bolsistas retorna ao País após a consecução das atividades propostas no exterior, baseando-se nas informações constantes em seus registros sobre comprovação de usufruto do bilhete aéreo de registro”.

Por outro lado, ao desarrumar as malas no retorno da viagem ao exterior, é interessante refletir e comungar das preocupações de Aveiro (2014), na volta de pesquisadores ao País originário. Segundo a autora, é preciso, porém, pensar em mecanismos para prestigiar os pesquisadores nacionais e para repatriar talentos brasileiros que estão no exterior, bem como instrumentos de incentivo a esses pesquisadores no retorno de seus doutorados e pós-doutorado.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P.G. **Comparative Higher Education: knowledge, the university, and development**. Connecticut: Ablex Publishing. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1998;

ALTBACH, P. **Os papéis complexos das universidades no período da globalização**. In: **GUNI. Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Tradução de Vera Muller. Porto Alegre: EDPUCRS, 2013, p. 31-36.

AVEIRO, Thais Mere Marques. O programa ciência sem fronteiras como ferramenta de acesso à mobilidade internacional. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas - RS, v.3, n.2, 2014.

BALBIM, Renato. **Mobilidade: uma abordagem sistêmica**. São Paulo. - Edusp. 2019.

BORGES, Bárbara Johann, VERDU, Fabiane Cortez, RADAEL, Weber Henrique, IGARASHI, Deisy Cristina Correa, SEGATE, Flávia Mayara. **A internacionalização da educação superior no Brasil: uma revisão sistemática**. Naviraí – MS, 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Info CAPES**, Brasília, v. 10, n. 4, out./dez., 2002. Acesso em: 22 maio, 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). CAPES 60 anos: seis décadas de evolução da Pós-Graduação. **Revista comemorativa**, julho de 2011. <https://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/Revista-CAPES-60-anos.pdf>. Acesso em: 20 maio, 2023.

CRUZ, Viviane Xavier de Araújo; EICHLER, Marcelo Leandro. Bolsas capes de mobilidade acadêmica internacional 1952-2019: um estudo a partir dos contextos de internacionalização da educação superior. **Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG**, ISSN (on-line): 2358-2332. Brasília, v. 17, n. 37, jan./jun., 2021.

DOMINGUES, M. J. C. S; RABOCH, H. **A Internacionalização do Ensino Superior: o caso da Universidade Regional de Blumenau**. 172 EPA – VI Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios Seropédica, RJ, Brasil, setembro de 2008.

FENERICK, Amanda Milanez. **Ciências sem fronteiras**. I SIES – Desenvolvimento e Democratização da Educação Superior: Novos Processos e Perspectivas Universidade Estadual de Goiás (UEG), Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO), Universidade Rio de Verde (UNIRV), Goiânia/GO, 04 e 05 de junho de 2018.

GRANJA, Cintia Denise Granja, CARNEIRO, Ana Maria. O programa Ciência sem Fronteiras e a falha sistêmica no ciclo de políticas públicas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.110, p. 183-205, jan./mar. 2021.

LAGE, Thelma Silva Rodrigues. **Políticas de internacionalização da educação superior na região norte do Brasil: uma análise do programa ciência sem fronteiras na Universidade Federal do Tocantins**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Tocantins – Palmas. – TO, 2015.

LIMA JÚNIOR, Antônio Ferreira de STALLIVIERI, Luciane. **Programas de Mobilidade Acadêmica Internacional como Instrumentos de Promoção do Desenvolvimento Internacional: O Caso do PEC-PG**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Brasil, Volume 28 Número 174 16 de noviembre de 2020 ISSN 1068-2341.

LOMBAS, Maria Luiza de Santana. **A mobilidade internacional de pós-graduandos e pesquisadores e a internacionalização da produção do conhecimento: efeitos de uma política pública no brasil**. Tese de Doutorado. Brasília/UnB, 2013.

LOMBAS, Maria Luiza de Santana. A mobilidade internacional acadêmica: características dos percursos de pesquisadores. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, no 44, jan/abr 2017, p. 308-333.

MANÇOS, Guilherme de Rosso. **Mobilidade acadêmica internacional e colaboração científica: subsídios para avaliação do Programa Ciências sem Fronteiras**. Dissertação de Mestrado. São Paulo/USP. 2017.

MAZZA, Débora. Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas CAPES, CNPq e FAPESP. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.137, p.521-547, maio/ago. 2009.

MAUÉS, Olgaíses Cabral, BASTOS, Robson dos Santos. **Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 333-342, set.-dez. 2017.

MOREIRA, M. F. Entrevista In: SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979. p.241-242.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**. v. 28, p. 107-124, 2006.

MOROSINI, M. C. **Qualidade da educação superior e contextos emergentes**. Pontifícia Universidade Católica Rio Grande Sul. Porto Alegre, RS, Brasil, 2014.

MOROSINI, M. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista da Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalización de la Educación Superior em Brasil y desafios em el contexto del sur global. **Revista Educación Superior y Sociedad** Vol. 33, núm. 1 [(ene. - Jun. 2021), pp. 361-383], ISSN: 07981228/ ISS Ne: 26107759 Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe.

MOROSINI, Marília Costa, NASCIMENTO, Lorena Machado do. Internacionalização da educação superior no brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista** Belo Horizonte|n.33|e155071|2017.

MOROSINI, Marília Costa, DALLA CORTE Marilene Gabriel. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 97-120, jan/mar. 2018.

OLIVEIRA, Juliana Santini de. **A Internacionalização da Educação Superior nas Relações Internacionais do Brasil: O Caso do Programa Ciência sem Fronteiras**. Brasília/UNB, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi; MELO, Marina Félix de; BARUQUE, Quemuel de Rodrigues; PEQUENO, Mayres. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais** ISSN 2238-3565 v.12, n. 2, p. 37 – 55, outubro, 2023 – Edição Especial - Educação em foco: políticas educacionais e processos educativos escolares

bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, **Configurações Online**, 27 | 2021, posto online no dia 24 junho 2021.

OLIVEIRA, Adriana Leonidas de; FREITAS, Maria Ester de. Motivações para mobilidade acadêmica internacional: a visão de alunos e professores universitários. **Educação em Revista**. Belo Horizonte.v.32. n.03.p. 217-246 , Julho - Setembro 2016.

PROLO, Ivor; VIEIRA, Rosilene Carla; CORREIA LIMA, Manolita; LEAL, Fernanda Geremias. **Internacionalização das Universidades Brasileiras - Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras Administração: Ensino e Pesquisa**, vol. 20, núm. 2, 2019, Mayo - agosto, pp. 319-361 Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração Rio de Janeiro, Brasil.

RESCHKE, Maria Janine Dalpiaz, BIDO, Maria Cláudia Fogaça. Potencializando a experiência de internacionalização: reflexões sobre o Programa Ciência sem Fronteiras. **Espaço Pedagógico** v. 24, n. 1, Passo Fundo, p. 128-138, jan./abr. 2017| Disponível em.

SANTOS, Paulo César Marques de Andrade. **Políticas públicas de mobilidade acadêmica internacional: um estudo exploratório do dia a dia do aluno brasileiro na cidade de Lyon-França**. Tese de Doutorado. Salvador – BA, 2014.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>. Acesso em: 22 maio. 2023.

SIEKIERSKI, Paulette, LIMA, Manolita Correia, BORINI, Felipe Mendes. Mobilidade acadêmica internacional e depósito de patentes no país de origem. **Revista de Administração Pública** | Rio de Janeiro 53(3):560-574, maio. - jun. 2019.

STALLIVIERI, Luciane. **As dinâmicas de uma nova linguagem intercultural na mobilidade acadêmica internacional**. Tese de Doutorado – Buenos Aires, Argentina. – 2009.

STRECK, Danilo; ABBA, Julieta. (2018). Internacionalização da educação superior e herança colonial na América Latina. In: L. Korsunsky; D. Del Valle; E. Miranda [et al.] (Comp.). **Internacionalización y producción de conocimiento: el aporte de las redes académicas** (pp. 113-131). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IEC - CONADU; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

VILALTA, L. A. **A internacionalização do ensino superior brasileiro: conceito e características do processo em instituições privadas de ensino superior**. [Tese de Doutorado, PUC-SP]. São Paulo, 2012.

SOBRE AS AUTORAS**MARIA LÚCIA PACHECO DUARTE DOS SANTOS**

Doutora em Educação pela PUC Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás e da Rede Municipal de Educação de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Atualmente é pós-doutoranda pela PUC Goiás na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura.

<http://lattes.cnpq.br/4492668146737904>

CLÁUDIA VALENTE CAVALCANTE

Doutora em Educação pela PUC Goiás. Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Goiás na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura. É membro da Rede de Pesquisa Universitas e lidera o grupo de pesquisa Juventude e Educação (CNPq).

<http://lattes.cnpq.br/2596699122693694>